



Ata da reunião ordinária de Assembleia Municipal realizada a 25 de novembro de 2016

No dia vinte e cinco de novembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, realizou-se no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1º. Ponto – Declaração de reconhecimento de interesse para o concelho – Empresa Travofino
- 2º. Ponto – Proposta de Orçamento Municipal e Documentos Previsionais pra 2017
- 3º. Ponto - Proposta de Derrama sobre o IRC para 2017
- 4º. Ponto – Proposta de Fixação de taxas de IMI para 2017
- 5º. Ponto – Proposta de Mapa de Pessoal para 2017
- 6º. Ponto – Proposta de Participação no IRS para 2017
- 7º. Ponto – Taxas e Licenças Municipais para 2017
- 8º. Ponto – Regulamento do Conselho Municipal de Juventude
- 9º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal

Deu início aos trabalhos desta sessão a Sra. Presidente da Assembleia Municipal cumprimentando todos os presentes na sala.

Procedeu-se de seguida à chamada, verificando-se as seguintes presenças:

Alexandre Júlio Vinagre Pirata, Ana Cristina Silva em substituição de António Joaquim da Silva Danado, António Luis Pinto Xavier, António Manuel Bernardo Fitas, Augusto Francisco Rebotim Pascoal, Beatriz Maria Varela da Visitação, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, João Cândido Martins em substituição de Sónia Cristina dos Ramos, Joaquim Isidoro Miguéns D'Abreu Bastos, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, José Carlos das Dores Zorrinho, José Maria Barroso Fernandes, José Vicente Grulha, Maria Joana Peniche Gingão em substituição de Duarte Manuel Vicente da Luz, Maria Helena Sabino Salvaterra, Orlando Manuel Beldroega, Paula Cristina Pinto Martins, Paulo Dinis Nabais Arrifes, Pedro Manuel Pinto Bento, Rui Fernando Benavente Páscoa, Sandra Cristina Esperança Matias, Sílvia Cristina Gomes Soares, Susana do Carmo Picanço, Telmo Filipe Marques Caldeira, Vitalina da Conceição Pavia Roque Pires Sofio.

Estiveram ausentes da sessão os eleitos Dário Miguel Tregreira Coelho, João António Abrantes Caldeira e Manuel António Coelho, tendo justificado as respetivas ausências.

Estiveram ainda presentes, a Sra. Presidente da Câmara Municipal, Hortênsia Menino, as Sras. Vereadoras Palmira Catarro e Carmen Carvalheira e os Srs. Vereadores António Pinetra, Olímpio Galvão e Henrique Lopes. O Sr. Vereador João Marques não participou na sessão.

Seguidamente foi colocada à discussão a proposta de ata da sessão ordinária do dia trinta de setembro de dois mil e dezasseis e não havendo qualquer proposta de alteração foi a mesma votada e aprovada por unanimidade.

Deu-se início ao período antes da ordem do dia.

A Sra. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao eleito Senhor Pedro Bento, o qual questionou o Senhor Vereador António Pinetra sobre a razão das constantes interrupções no abastecimento de água na freguesia de Ciborro. Salientou que a última interrupção ocorreu no

Moque Sofu

dia vinte de novembro e apenas foi repostado o fornecimento de água no dia vinte e um. Referiu ainda que os ciborrenses desejam ter garantias da potabilidade da água consumida a partir da reposição do seu abastecimento, nomeadamente nos parâmetros referentes ao ferro e ao alumínio.

Questionou ainda a Senhora Presidente da Câmara sobre qual o modo como se pensa ressarcir monetariamente os habitantes pelos prejuízos causados pelas constantes interrupções ao longo dos anos, nomeadamente os proprietários dos estabelecimentos comerciais e custos referentes aos eletrodomésticos danificados.

Interveio de seguida o eleito Senhor Carlos Zorrinho afirmando que em nome da bancada do Partido Socialista gostaria de assinalar a tomada de posse do vigésimo primeiro governo constitucional. Salientando que, passado um ano sobre esta tomada de posse, houve uma recuperação dos rendimentos das famílias, um aumento da confiança dos agentes no futuro e uma melhoria dos serviços públicos.

Finalizando a sua intervenção afirmou que a democracia está de parabéns.

Pedi a palavra o eleito senhor Augusto Pascoal congratulando-se com o fato de terem sido resolvidas algumas das questões trazidas às sessões da Assembleia Municipal, no que respeita a Cortiçadas de Lavre, concretamente a intervenção no Parque Infantil, a qual ainda decorre e assim como o alargamento do cemitério. Questionou a senhora Presidente da Câmara sobre o início da intervenção na estrada municipal EM 530.

De seguida a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao eleito Senhor Joaquim Bastos, o qual apresentou um voto de Congratulação sobre a nomeação de António Guterres para Secretário Geral da ONU, a qual se transcreve de seguida:

“Depois de se ter submetido a seis votações pelo Conselho de Segurança, tendo em todas elas ficado sempre em primeiro lugar, António Guterres foi eleito por aclamação, Secretário-geral da ONU no passado dia cinco de Outubro.

De referir que os cinco principais membros do Conselho de Segurança (China, França, Rússia, Estados Unidos Inglaterra) na decisão final votaram em António Guterres, o que valoriza mais a sua eleição.

Portugal e o Partido Socialista, do qual António Guterres foi Secretário - Geral, orgulham-se pela sua eleição e pelo prestígio que lhe está subjacente, tornando-o uma das figuras mais admiradas e respeitadas em todo o mundo.

O seu humanismo como Alto Comissário para os Desalojados foi reconhecido internacionalmente e em muito contribuiu para o lugar que hoje ocupa, pelo que os eleitos do Partido Socialista nesta Assembleia, submetem este voto à sua aprovação”

Dado não haver pedidos de intervenção sobre o documento, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação, sendo aprovado por unanimidade.

Usou da palavra seguidamente a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Caborro, Senhora Helena Sabino Salvaterra para perguntar à senhora Presidente da Câmara Municipal qual a previsão sobre o início das obras de intervenção para colocação da nova tubagem na parte alta da freguesia. Solicitou ainda informação se estará prevista alguma intervenção no Parque Infantil da freguesia, assim como à urgência de uma intervenção na estrada que liga Caborro a Lavre.

Interveio de seguida, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, Senhor José Maria Fernandes que começou por agradecer a visita dos eleitos da Câmara Municipal a Cortiçadas de Lavre. Solicitou à Câmara Municipal que pudesse avaliar junto da Rodoviária a possibilidade de garantir às quartas-feiras o transporte dos alunos que estudam em Vendas Novas para Lavre e Cortiçadas de Lavre, dado que neste dia não têm aulas no período da tarde.

Usou da palavra o eleito Senhor Guilherme Franco para valorizar a tomada de decisão por unanimidade dos eleitos na Câmara Municipal, na sessão realizada em dois de novembro, de aderir ao Movimento “Municípios pela Paz”. Em nome da bancada eleita pela CDU apelou à

Câmara Municipal no sentido de promover iniciativas relacionadas com a questão, como o Dia Internacional da Paz, entre outros.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu de seguida a palavra ao eleito Senhor João Cândido Martins, o qual também salientou a necessidade urgente de intervenção quer na estrada municipal EM 507, quer na estrada municipal EM 530, onde o tráfego diário de viaturas é bastante considerável, porque são vias de acesso, num caso ao “Monte Selvagem” e noutra caso à Fabrica de Cortiça.

Usou da palavra o eleito Senhor António Xavier, apresentando uma recomendação, a qual se transcreve de seguida:

“No passado mês de Maio de 2016, as chuvas fizeram desabar parte do muro do Jardim Público. Tal desastre obriga a que a Câmara Municipal leve a cabo as devidas obras de requalificação da área afetada.

O CDS/PP de Montemor-o-Novo propõe a esta Assembleia, através de V. Exa, que se digne aprovar uma Recomendação à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo para que promova, aproveitando tais obras, todas as diligências necessárias à transferência do busto do Mestre Simão da Veiga Júnior para perto da Praça de Toiros, lugar onde faz todo o sentido que esteja desde a requalificação do Rossio.

Esta é uma proposta que visa dar um lugar de destaque, e para todos os efeitos mais natural, àquele que foi, no seu tempo, “O Cavaleiro Tauromáquico de Maior Projeção Internacional”. É, também, uma forma de valorizar o nosso património, lembrando a importância da tauromaquia como marca de identidade cultural do nosso concelho.”

Em anexo: Declaração dos familiares a conceder autorização à Câmara Municipal para a transferência do busto.”

Usou da palavra o eleito Senhor José Grulha referindo não ter nada a opor quando à futura localização do busto do Cavaleiro, perguntando se a Câmara Municipal desenvolveu algum tipo de contacto com os familiares sobre a questão, no seguimento da última sessão da Assembleia Municipal.

Pediu para intervir o eleito Senhor Guilherme Franco afirmando que se irá abster por desconhecimento sobre a matéria.

Em resposta à questão colocada, a Senhora Presidente da Câmara afirmou não ter sido diligenciado qualquer contacto junto da família, uma vez que na última sessão não terá sido tomada essa decisão.

Ainda sobre o documento apresentado, o eleito Senhor Carlos Zorrinho considerou que sendo uma recomendação, não vê impedimento para a sua aprovação.

Não havendo mais pedidos de uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia usou da palavra para colocar à votação o documento.

Deliberação: O documento foi aprovado por vinte e dois votos favoráveis dos eleitos pelo PS, PSD, CDS e CDU e três abstenções de eleitos pela CDU.

Voltou a usar da palavra o eleito pelo CDS/PP, para apresentar uma moção, denominada “25 de Novembro – Hoje e Sempre”, a qual se transcreve de seguida:

“A 25 de Novembro de 1975, Portugal viria finalmente consolidada em definitivo a Democracia e os seus ideais da Democracia e os seus ideais da Democracia Pluralista, pondo fim a uma série de atentados à Liberdade Individual no período do “Verão Quente” de 1975, criando condições para o fim do Processo Revolucionário em Curso, onde a tentativa de instauração de um Regime Autoritário e Totalitário, semelhante aos Regimes do Leste Europeu da época, era uma realidade. Felizmente para a Democracia Portuguesa, tal possibilidade foi evitada.

Depois de nacionalização de empresas privadas, de ocupações de terras, de casas, de cercos à Assembleia Constituinte, uma nova tentativa de Golpe de Estado tenta eliminar o sonho da democracia Portuguesa. O CDS/PP, Partido Político defensor de uma Democracia Pluralista, foi também visado, aquando do cerco ao 1º. Congresso do CDS/PP no Palácio de Cristal na cidade do Porto, com intuito de intimidar e dificultar a liberdade de expressão. A coragem

1609 ue Sofu

Democrática não foi abalada e o Congresso prosseguiu, apesar de todas as ameaças por parte dos grupos revolucionários.

O 25 de Novembro de 1975 ficará na História Portuguesa como o dia em que a transição democrática, iniciada pela Revolução de 25 de Abril, é garantida permitindo a instauração de uma Democracia de Modelo Ocidental em Portugal.

Considerando que:

Recordar o 25 de Novembro de 1975 é recordar e respeitar a História da Democracia Portuguesa;

Para o PS, o PSD, o CDS-PP e militares moderados, o 25 de Novembro permitiu que se constituísse o fim do PREC e que se criassem condições para a plenitude da Democracia Portuguesa que ainda hoje nos rege.

Assim:

A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo celebra o 41º Aniversário do 25 de Novembro, presta homenagem aos seus autores e manifesta a sua congratulação pela vitória dos valores da Democracia e da Liberdade.”

Pediu a palavra o eleito Senhor José Grulha afirmando que votará contra a moção apresentada porque discorda do seu conteúdo, já que muitos outros acontecimentos ficaram por referir e que aconteceram antes deste 25 de Novembro.

Usou da palavra o eleito Senhor Carlos Zorrinho afirmando que a bancada do Partido Socialista vai abster-se na votação do documento.

Não havendo mais pedidos de uso da palavra, foi colocado à votação o documento.

Deliberação: Rejeitado por 15 votos contra dos eleitos pela CDU, 2 votos a favor dos eleitos pelo PSD e CDS/PP e 8 abstenções dos eleitos pelo PS.

De seguida pediu a palavra a Senhora Presidente da Câmara para referir que todas as interrupções do abastecimento de água não programadas causam transtornos e problemas às populações, neste caso a freguesia de Ciborro. A Câmara Municipal mantém sempre a preocupação que o restabelecimento do abastecimento possa ser efetuado no mais curto espaço de tempo possível e nas condições legais e mais adequadas.

Disse ainda a mesma eleita que já teve início o procedimento de contratação pública para a empreitada de substituição da conduta de Ciborro, por uma entidade externa, numa parte, enquanto que a restante intervenção ficará a cargo dos serviços municipais.

Estas intervenções permitirão resolver ou pelo menos minimizar substancialmente os danos causados à população, pelas constantes interrupções.

Informou ainda que as estradas municipais EM 507 e EM 530 serão alvo de intervenção consideradas prioritárias, a curto prazo, sendo que se encontram na fase final de execução os respetivos projetos. Em resposta à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Ciborro esclareceu que o Parque Infantil será intervencionado, de acordo com a avaliação realizada pelos técnicos do Município e segundo o grau de prioridade.

Referiu ainda que a Câmara irá avaliar as condições para ser efetuado o transporte dos alunos quanto ao período da tarde da quarta-feira.

Em resposta à intervenção do eleito Senhor Pedro Bento, usou da palavra o Senhor Vereador António Pinetra afirmando que a situação que terá ocasionado maior demora na reposição do abastecimento de água em Ciborro, terá ocorrido recentemente e que tal fato se deve à ocorrência, em simultâneo, de uma rotura na conduta abastecedora de grande parte da cidade.

Informou ainda ter sido decidido, em conjunto com os trabalhadores do Serviço de Águas depois de uma primeira análise da situação, dar prioridade à resolução da rotura na cidade, por estar em causa o abastecimento de água ao Hospital, Centro de Saúde e Lares de Idosos.

Numa primeira análise previa-se que esta intervenção pudesse demorar cerca de duas horas, no entanto por razões várias foi bastante mais demorada, o que obrigou a que a intervenção no Ciborro só fosse iniciada no dia seguinte. Acrescentou que cerca das dez horas da manhã do

dia seguinte foi resposto o abastecimento de água à freguesia de Ciborro. Quanto à qualidade da água abastecida, afirmou que a Câmara Municipal confia nos resultados fornecidos pelo Laboratório contratado para esse efeito. Para além disso, esses dados são enviados trimestralmente para a Junta de Freguesia.

Afirmou ainda, que quando acontece uma rotura, normalmente apenas é afetada a zona alta da freguesia, onde apenas existe um estabelecimento comercial situado junto às bombas de gasolina.

Prevê-se que o início da obra de substituição da conduta ocorra dentro de um curto prazo de tempo, dado que o concurso está na sua fase final.

Pediu a palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Ciborro dizendo que continua com dúvidas relativamente à questão da requalificação do parque infantil.

Quanto às constantes interrupções de água, a referida eleita, lembrou os presentes que no passado mês de Agosto de 2015, o abastecimento foi interrompido cerca de vinte dias, intercalados. Considera que só quem vive na freguesia sabe valorizar os constrangimentos causados.

Ainda sobre o assunto em discussão, o eleito Senhor Pedro Bento afirmou que de acordo com a planificação estipulada, as próximas análises a efetuar pela empresa serão daqui a um ano, pelo que a Câmara não pode garantir que os parâmetros referentes ao alumínio e ao ferro estarão em incumprimento ou não, nesse intervalo de tempo. É essa a questão que preocupa os ciborrenses.

Acrescentou ainda que não houve nenhum esclarecimento por parte da Senhora Presidente da Câmara sobre o modo como serão compensados os habitantes.

Pediu novamente o uso da palavra a Senhora Presidente da Câmara afirmando que o eleito Pedro Bento colocou em causa o trabalho da Câmara.

A Câmara está atenta às necessidades da população quer através dos investimentos efetuados, como foi o seccionamento de parte da rede de abastecimento existente e agora através desta intervenção de fundo, que terá início, logo que possível, de modo a que estas interrupções deixem de acontecer com a frequência que têm ocorrido.

Voltou a usar da palavra o eleito Senhor Pedro Bento questionando quem tem a responsabilidade de garantir a potabilidade da água, se a Câmara Municipal ou o Laboratório.

Em resposta a Senhora Presidente da Câmara afirmou ser da entidade gestora.

Interveio de seguida o eleito Senhor António Xavier afirmando ainda ter dúvidas se a água consumida no Ciborro, após uma interrupção é potável ou não, de acordo com os esclarecimentos dos eleitos.

De seguida a Sra. Presidente da Assembleia Municipal deu início à Ordem de trabalhos:

1º. Ponto – Declaração de reconhecimento de interesse para o concelho – Empresa Travofino
Sobre este ponto a Senhora Presidente da Câmara esclareceu que a proposta está relacionada com a instalação de uma unidade de transformação, armazenamento e comércio de produtos alimentares e cabe, nesta fase, à Assembleia Municipal deliberar sobre o seu interesse para o nosso concelho, de modo a que a empresa possa candidatar-se a financiamento.

Pediu a palavra o eleito Senhor Guilherme Franco, o qual referiu que é importante salientar neste processo que a empresa em questão irá fazer um investimento bastante elevado e que se propõe criar cerca de trinta postos de trabalho.

Ainda sobre o mesmo ponto, o eleito Senhor António Xavier afirmou ser de louvar este investimento no concelho, mas que a Câmara Municipal ao longo destes quatro anos, poderia ter feito muito mais, para que outros investimentos idênticos tivessem acontecido.

Em resposta à intervenção anterior, a Senhora Presidente afirmou que nem todas as entidades instaladas solicitaram este tipo de declaração, porque dela não necessitavam.

Não havendo outros pedidos para uso da palavra, foi colocado o documento a votação.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

1609 me Sof

2º. Ponto - Proposta de Orçamento Municipal e Documentos Previsionais para 2017

Acerca deste assunto, interveio a Senhora Presidente da Câmara para referir o orçamento municipal é ligeiramente superior relativamente ao ano de 2016.

Disse ainda que a preparação destes Documentos Previsionais teve obrigatoriamente que ser baseada na realidade que temos no Poder Local e atendendo às condicionantes impostas pelas políticas de austeridade, nomeadamente a retirada de verbas, a aplicação da Lei dos Compromissos e a limitação à contratação de pessoal.

Informou ainda que à data em que foram preparadas as Opções do Plano para 2017, apenas ainda se conheciam alguns dados preliminares daquilo que será a proposta de orçamento de Estado para 2017, não podendo deixar de afirmar que a mesma continua a não cumprir a Lei das Finanças Locais.

Quanto a prioridades, a mesma eleita referiu-se à modernização dos serviços, à continuação das intervenções no polo de concentração de serviços municipais na Zona Industrial Adua e ao início de uma intervenção de qualificação do espaço exterior da ZIA. Salientou ainda um projeto para definição de uma estratégia alimentar de base local, que será desenvolvido com várias parcerias locais e entidades universitárias. Ao nível do turismo, a Câmara Municipal pretende reforçar a promoção turística do concelho e a divulgação de dois novos roteiros: o Enoturismo e o Património Construído. Informou ainda que irão iniciar-se intervenções do PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano), ao nível da requalificação urbana na cidade, a concretizar até 2020, estão previstas também intervenções em arruamentos em Cortiçadas de Lavre, Ciborro e Foros de Vale de Figueira. A prioridade definida a nível de águas e saneamento é o acompanhamento da empreitada de concepção/construção da nova Etar de Montemor-o-Novo, a qual já teve início, no âmbito da parceria pública gerida pelas Águas Públicas do Alentejo, assim como o sistema intersector que fará a ligação entre a Etar de S. Pedro e nova Etar.

Uma outra prioridade referida pela Senhora Presidente da Câmara tem a ver com o investimento na rede abastecimento de água à freguesia de Ciborro.

Destacou ainda que a obra de construção da nova oficina da criança encontra-se na fase final.

A Câmara Municipal irá manter os níveis de colaboração com as Juntas de Freguesia, ao nível da descentralização de competências, com a celebração de acordos de colaboração.

Pediu para usar da palavra o eleito Senhor Joaquim Galvão, o qual afirmou que a Senhora Presidente apresentou muito trabalho para concretizar em 2017, considerando que muito ficou por fazer durante estes três anos de mandato, que já decorreram.

Informou que os Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Socialista apresentaram à Câmara Municipal cerca de vinte e oito propostas para integrar este orçamento municipal, das quais destacou o reforço do contacto com os produtores agrícolas com vista à instalação de um matadouro na cidade, realização de eventos à escala nacional visando a promoção do concelho, reativar a Feira de Maio, alteração da localização da Feira Mensal para o Largo das Palmeiras, criação de um sistema de transportes públicos na cidade, criação de um Centro de Artes e Cultura, entre outras. Terminou a sua intervenção referindo que a bancada eleita pelo Partido Socialista se irá abster quanto à proposta de Orçamento Municipal.

Interveio o eleito Senhor António Xavier dizendo que este orçamento é pouco transparente. Realçou que cerca de quinze por cento deste orçamento é representado por rubricas denominadas de "Outros", não se percebendo a que respeitam.

Disse ainda que continua em falta uma solução para o transporte de munícipes com destino ao Centro de Saúde. O documento continua sem apresentar medidas dirigidas às famílias e ao rejuvenescimento da população do concelho. Ainda no uso da palavra, o mesmo eleito apresentou a proposta de suspensão do pagamento de taxas de ocupação de bancas no Mercado Municipal para os vendedores que ali se encontram há mais de trinta e seis meses, assim como uma redução a quem usufrui da banca à menos de trinta e seis meses, no espaço

No 9 de Sof

de tempo até ao final das obras.

De seguida pediu a palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela afirmando que a freguesia de Cabrela espera que as prioridades refletidas nos documentos sejam realmente concretizadas, salientando a importância da reparação da estrada municipal EM519, bem como a pavimentação da Rua João Joaquim Machado, aguardada há já vários anos.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Ciborro que questionou a Senhora Presidente da Câmara se estará contemplada alguma intervenção para a Etar de Ciborro, bem como alguma requalificação na rede viária.

Usou da palavra o eleito Senhor Alexandre Pirata considerando que esta proposta de Orçamento Municipal é essencialmente dirigida aos cidadãos e ao desenvolvimento do concelho. Salientou ainda a importância da descentralização de competências da Câmara Municipal para as freguesias, o que acontece há mais de vinte anos. Na sua opinião é de extrema importância continuar a defender a reposição das dez freguesias do nosso concelho. Referiu-se ainda à importância da decisão de manter em funcionamento as antigas sedes abertas no sentido de continuar a prestar todo o apoio às suas populações.

Relativamente à proposta de orçamento considera urgente a obra de reabilitação do Mercado Municipal, que certamente passará a atrair mais população. Um outro investimento importantíssimo diz respeito à obra de concepção/construção da nova Etar de Montemor-o-Novo.

De seguida, usou da palavra o eleito Senhor José Grulha para afirmar que a reorganização dos serviços e a instalação de serviços municipais na Zona Industrial da Adua e na ex- EPAC são de grande importância para o desenvolvimento do trabalho do Município.

Considera ser fundamental que o problema do abastecimento de água ao Ciborro seja solucionado, pois compreende aqueles que se sentem lesados. Afirmou ainda ser de louvar o apoio dado ao Movimento Associativo.

De seguida, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal para dizer que as algumas das propostas apresentadas pelo Partido Socialista encontram-se integradas no orçamento municipal.

Referiu-se depois à proposta apresentada pelo eleito António Xavier no que respeita ao Mercado Municipal, dizendo que será analisada, tal como um conjunto de outras medidas que serão discutidas com todos os vendedores.

Em resposta à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela referiu que existem prioridades apresentadas pela freguesia que efetivamente ainda não estão concretizadas, dando como exemplo a rede viária, devido à redução de verbas e por força disso a necessidade de reorientar prioridades.

Referiu ainda a mesma eleita que, relativamente à Etar do Ciborro não será um investimento realizado a partir do orçamento municipal, porque é um sistema integrado na parceria pública. A Câmara Municipal tem tentado junto da AGDA que seja antecipada a intervenção ali prevista.

Usou da palavra o eleito Senhor Joaquim Galvão afirmando que mais receitas possibilitavam realizar mais prioridades. Afirmou ainda o serviço de Finanças, que funciona no edifício dos Paços do Concelho desde a sua construção e ao qual nunca foram cobradas quaisquer despesas pela utilização do espaço. Lembrou ainda que existe um Protocolo assinado entre a Câmara Municipal e o Ministério das Finanças para a cedência de um espaço municipal, onde o Ministério assumia o pagamento de uma renda mensal de cerca de cinco mil euros, possibilitando que naquele espaço fossem instalados alguns serviços municipais.

Afirmou que se encontram instaladas já em alguns municípios, lojas do cidadão de segunda geração, em que num único espaço podem estar a Conservatória, o serviço de Finanças, a Câmara, os serviços do IMT. Questionou a Câmara Municipal se este tipo de espaço não será uma prioridade para esta cidade.

Noque Sofia

De seguida, interveio o eleito Senhor António Xavier afirmando que quem analisa o documento tem dificuldade em perceber onde a Câmara gasta efetivamente o dinheiro. Disse ainda que no ano que antecede a realização de eleições aparecem orçamentadas mais obras.

Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal dizendo que o Protocolo com o Ministério das Finanças ainda não produziu efeitos devido a uma impossibilidade técnica para criar uma solução para concretizar a instalação do serviço de Finanças.

Em resposta à questão colocada pelo eleito Joaquim Galvão afirmou que a instalação de uma loja do cidadão tinha como contrapartida, por parte do Município, o assumir de uma responsabilidade que é do governo em assegurar os serviços públicos às populações e implicava para além da cedência de espaço e equipamentos também a afetação de funcionários e de recursos.

Não havendo outros pedidos de uso da palavra, foram os documentos colocados a votação.

Deliberação: Aprovados por maioria, com quinze votos a favor dos eleitos pela CDU, oito abstenções dos eleitos pelo PS e dois votos contra dos eleitos pelo PSD e pelo CDS/PP.

3º. Ponto - Proposta de Derrama sobre o IRC para 2017

Sobre este ponto, a Senhora Presidente afirmou que esta receita é fundamental para a realização dos investimentos necessários para a dinamização dos espaços de acolhimento de atividades empresariais no concelho.

Pediu o uso da palavra o eleito Senhor Joaquim Galvão afirmando que se a Câmara extinguisse esta derrama com o prazo de garantia de cinco anos, seria, por parte da Câmara, um apoio ao investimento privado e à criação de emprego. Na sua opinião a estabilidade financeira da Câmara permitia tomar essa medida, por essa razão, a bancada do Partido Socialista irá votar contra.

Usou da palavra a eleito Senhor António Xavier, o qual concordou com a proposta apresentada pelo anterior eleito do Partido Socialista, referindo que seria bastante atrativo à fixação de investimento, realçando ainda a posição geográfica da cidade.

Pediu a palavra o eleito Senhor José Grulha afirmando que não seria esta medida que iria atrair mais empresas, são bastante mais importantes as questões que têm a ver com acessibilidades, terrenos disponíveis, etc.

Voltou a usar da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal referindo que existem incentivos específicos para a instalação na ZIA, entre os quais o reembolso de derrama perante determinadas condições específicas. Referiu ainda que as empresas que se pretendem instalar no concelho procuram respostas rápidas ao nível da disponibilidade de terrenos e licenciamento e quais os serviços e respostas culturais e sociais que existem no concelho.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia colocou à votação o documento.

Deliberação: Aprovado por maioria, com quinze votos favoráveis dos eleitos pela CDU e dez votos contra dos eleitos pelo PS, PSD e CDS/PP.

4º. Ponto – Proposta de Fixação de taxas de IMI para 2017

Relativamente a esta proposta a Senhora Presidente da Câmara informou manter o valor da taxa a aplicar no mínimo previsto por lei, sendo por isso um incentivo importante às famílias.

Interveio o eleito Senhor Joaquim Galvão dizendo que a bancada eleita pelo Partido Socialista irá votar favoravelmente esta proposta, por ser uma boa medida para os montemorenses.

Sugeriu que fossem publicados editais na zona histórica para dar conhecimento à população de que devem vir à Câmara identificar os seus prédios no sentido de obter uma redução de taxas. Questionou a Câmara Municipal o que já foi feito para resolver esta situação, que poderia beneficiar os habitantes da zona histórica.

A Senhora Presidente respondeu que quanto a este assunto, a Câmara Municipal já iniciou o trabalho de levantamento dos locais para atribuição de minorações e majorações que estão previstas. Referiu ainda que, na sua opinião, seria uma boa medida deste governo encontrar uma fórmula de comunicação entre a Administração Tributária e as Autarquias de modo a facilitar a identificação destas questões.

Não havendo outros pedidos de uso da palavra, a proposta foi colocada a votação.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

5º. Ponto – Proposta de Mapa de Pessoal para 2017

A Senhora Presidente da Câmara informou que foram feitos alguns ajustamentos relativamente à proposta para 2016, no que respeita às carreiras de técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais.

Não havendo nenhum pedido para uso da palavra, o documento foi votado.

Deliberação: Aprovado por maioria, com vinte e quatro votos favoráveis dos eleitos pela CDU, pelo PS e CDS/PP e uma abstenção do eleito pelo PSD.

6º. Ponto – Proposta de Participação no IRS para 2017

Relativamente a este ponto, a Senhora Presidente da Câmara salientou que a proposta que aqui é apresentada a deliberação, à semelhança de anos anteriores, mantém a participação de IRS de 5%, fundamentada no facto do que a Câmara considera ser a intervenção dos órgãos autárquicos na criação de benefícios fiscais para as suas populações, tal como acontece com a não aplicação de outro tipo de taxas.

Pedi a palavra o eleito Senhor Joaquim Galvão informou que os Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Socialista apresentaram a proposta de repartir os 5%, entre a Câmara e a população. Ao abdicar deste valor, a Câmara iria beneficiar essencialmente municípios da classe média, para além de dinamizar a economia local. Finalizou a sua intervenção informando que o Partido Socialista votará contra a proposta apresentada.

Não havendo mais pedidos de uso da palavra, o documento foi colocado a votação.

Deliberação: Aprovada por maioria, com quinze votos favoráveis dos eleitos pela CDU e dez votos contra dos eleitos pelo PS, PSD e CDS/PP.

7º. Ponto – Proposta de Taxas e licenças Municipais para 2017

A Senhora Presidente afirmou que a proposta apresentada será de manter os valores para as taxas e licenças municipais, os quais se têm mantido inalterados desde 2014.

Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi votado o documento.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

8º. Ponto – Regulamento do Conselho Municipal de Juventude

A Senhora Presidente da Câmara referiu que de acordo com o compromisso assumido apresenta-se a proposta para regulamento do Conselho Municipal de Juventude. Salientou que a política de juventude far-se-á sempre que sejam criados espaços e intervenções para a participação dos jovens, quer seja no desporto, na cultura, etc, não se restringindo apenas ao âmbito deste Regulamento.

Interveio o eleito Senhor António Xavier afirmando o seu contentamento pela apresentação desta proposta. Considera que a função deste Conselho Municipal será ampliar a voz da juventude, onde poderão apresentar as suas ideias e pareceres. Disse ainda que é um grande passo para a democracia participada.

Pedi a palavra o eleito Senhor Pedro Bento dizendo que concorda com a intervenção da Senhora Presidente da Câmara. Acrescentou ainda ter dúvidas sobre o texto apresentado quanto ao artigo quinto, na alínea e) – Composição.

Considera ainda que com esta proposta de composição, apenas integrarão este Conselho Municipal da Juventude duas ou três associações do concelho ou seja este Conselho não é representativo dos jovens de Montemor. A finalizar disse que o Partido Socialista irá abster-se. Usou da palavra de seguida a Senhora Presidente da Assembleia Municipal afirmando que deverá ser verificado o texto enviado para publicação, porque é esse que deverá ser deliberado, no entanto deverá ser sempre de acordo com a lei.

Pediu a palavra o eleito pelo CDS, o qual afirmou que de acordo com o artigo sétimo, poderão ser convidadas depois a participar nas reuniões.

Sobre o assunto em debate, pediu a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão salientando que depreendeu da última intervenção Senhor António Xavier que considera que este Conselho deverá ser apenas de cariz político.

Retomou o uso da palavra a Senhora Presidente da Assembleia propondo a retirada deste ponto da Ordem do dia.

Deliberação: Foi deliberado por consenso retirar este ponto.

9º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal

Pediu para usar da palavra o eleito Senhor Carlos Zorrinho saudando o facto de ser a segunda sessão transmitida *online*, referindo-se ainda ao facto que na imagem que ilustra a notícia dessa transmissão na página da internet do município, apenas se visualizam eleitos pela CDU.

Seguidamente a Senhora Presidente da Assembleia informou que será enviado a todos os eleitos o convite para a sessão Solene comemorativa dos quarenta anos da Constituição e do Poder Local Democrático, que terá lugar no próximo dia onze de dezembro.

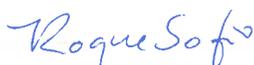
De seguida deu a palavra ao público, na pessoa do Senhor Luis Machado, o qual referiu que estava presente nesta sessão em representação da Juventude Popular de Montemor e que considerava que os jovens têm todo o direito em manifestar a sua opinião política, porque é assim que se faz democracia.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou ainda que foi distribuída a calendarização das sessões para o ano de 2017.

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal, eram vinte e três horas e vinte minutos, tendo a Assembleia Municipal deliberado aprovar por unanimidade esta ata, em minuta, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo.

A Presidente da Assembleia Municipal



Vitalina Roque Sofio

A Assistente Técnica



Helena Bazilisa Rodrigues